

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

CARLA MARIA RANHEIRI CELESTINO

ARQUIVOS PESSOAIS: A INSTITUCIONALIZAÇÃO NA CINEMATECA  
CAPITÓLIO PETROBRAS

PORTO ALEGRE

2017

CARLA MARIA RANHEIRI CELESTINO

ARQUIVOS PESSOAIS: A INSTITUCIONALIZAÇÃO NA CINEMATECA  
CAPITÓLIO PETROBRAS

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de  
Biblioteconomia e Comunicação da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul como requisito parcial à obtenção  
do grau de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Rita de Cássia  
Portela da Silva

PORTO ALEGRE

2017

CIP - Catalogação na Publicação

CELESTINO, Carla Maria Ranheiri  
ARQUIVOS PESSOAIS: A INSTITUCIONALIZAÇÃO NA  
CINEMATECA CAPITÓLIO PETROBRAS / Carla Maria Ranheiri  
CELESTINO. -- 2017.  
56 f.  
Orientadora: Rita de Cássia Portela da SILVA.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de  
Arquivologia, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Institucionalização de Arquivo Pessoal. 2.  
Custódia. 3. Aquisição. 4. Cinemateca Capitólio  
Petrobras. I. SILVA, Rita de Cássia Portela da,  
orient. II. Título.

**CARLA MARIA RANHEIRI CELESTINO**

**ARQUIVOS PESSOAIS: A INSITUCIONALIZAÇÃO NA CINEMATECA CAPITÓLIO  
PETROBRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de  
Biblioteconomia e Comunicação da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul como requisito parcial para a  
obtenção do título de Bacharel em  
Arquivologia.

**Aprovado em:**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof<sup>ª</sup> Rita de Cássia Portela da Silva – UFRGS/DCI**  
**Orientadora**

---

**Prof. Jorge Eduardo Enriquez Vivar – UFRGS/DCI**  
**Examinador**

---

**Bel. Rosemeri Franzin Iesem**  
**Examinadora**

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Loiva e “Calucho” (in memorian), pelo amor incondicional e a base segura e firme da minha formação pessoal, por sempre terem me incentivado a crescer e trilhar meus próprios caminhos. E pelos irmãos que me deram, “Nani” e “Kiko”, com os quais aprendi a dividir e compartilhar bens materiais, experiências, aprendizados, mas principalmente amor e carinho. A vocês quatro declaro meu amor imenso.

À família que construí, meu esposo Luiz Fernando e meus filhos Aline, Pedro, Raquel e Karen. Agradeço por terem estado comigo em todos os momentos desta caminhada. Misturamo-nos em nossos crescimentos intelectual, psicológico e profissional, mas o grande ganho nesses quatro anos foi nosso fortalecimento afetivo. Amo vocês.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição que me proporcionou conhecimento na área da Arquivologia e a convivência acadêmica com pessoas que, cada um a seu modo, também contribuíram para meu crescimento pessoal.

Aos professores do curso que, com sabedoria e dedicação, incentivaram a minha caminhada e a busca por um aprendizado gratificante e consistente.

Às pessoas que me acolheram nas instituições onde realizei meus estágios, Tribunal Regional Federal da 4ª Região e Cinemateca Capitólio Petrobras, pela confiança depositada e pela amizade construída.

Aos colegas que me acompanharam durante o curso e que, com suas peculiaridades, ideias e opiniões, me trouxeram alegrias e novas experiências. O apoio e o carinho que vocês me dispensaram foi um presente valioso na minha vida.

À minha Professora Orientadora, Rita de Cássia Portela da Silva, que, com serenidade e conhecimento, me indicou caminhos e me alcançou ferramentas para o desenvolvimento deste trabalho.

Como na vida nosso crescimento se faz de coisas boas e coisas ruins, agradeço aqueles que, pela contramão, acabaram por incentivar para que eu buscasse novos horizontes.

## RESUMO

Este trabalho analisa a Cinemateca Capitólio Petrobras como meio institucional de custódia e o processo de aquisição de Acervos/ Arquivos Pessoais em seu Centro de Documentação e Memória. Conceitua arquivos pessoais; aquisição e suas formas (meios); custódia; e meios institucionais de custódia, sempre sob o prisma da arquivística. Descreve o processo de aquisição dos Arquivos Pessoais pela Cinemateca, baseando-se em registros documentais desses atos e de conversas informais com atores envolvidos no processo. Observada a função principal da instituição Cinemateca Capitólio Petrobras, que se pauta na preservação, armazenamento e difusão da memória do cinema e do audiovisual do Rio Grande do Sul, conclui que a aquisição dos acervos pessoais estudados condiz com o objeto da instituição e representam com amplitude uma fonte primária de pesquisa e construção da memória social e cultural e que a metodologia utilizada para a aquisição deste acervo concorre para a correta institucionalização e devido registro das informações sobre eles.

**Palavras-chave:** Institucionalização de Arquivo Pessoal. Custódia. Aquisição. Cinemateca Capitólio Petrobras.

## **ABSTRACT**

This work analyzes the Cinemateca Capitólio Petrobras as an institutional medium of custody and the acquisition of Collections/Personal Archives process in its Center of Documentation and Memory. It conceptualizes personal archives; acquisition and its ways (mediums); custody; and institutional ways of custody, always under the prism of archival science. It describes the acquisition process of Personal Archives by Cinemateca, based in the documentary register of these acts and informal conversations with actors who are involved in the process. Having observed the main role of Cinemateca Capitólio Petrobras institution, which is based on preservation, storage and diffusion of Rio Grande do Sul's cinema and audiovisual memory, it concludes that the acquisition of the studied personal archives corresponds with the institution's object and represents with amplitude a primary source of research and construction of social and cultural memory and that the methodology used for the acquisition of this archive concurs for the correct institutionalization and proper register of the information about it.

**Keywords:** Institutionalization of Personal Archive. Custody. Acquisition. Cinemateca Capitólio Petrobras.

## Lista de Siglas

AAMICA	Associação dos Amigos do Cinema Capitólio
CCVS	Coordenação de Cinema e Vídeo e Fotografia
CD	<i>Compact Disc</i>
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CSAEDF	Câmara Setorial dos Arquivos Públicos dos Estados e do Distrito Federal
CSAIS	Câmara Setorial de Arquivos de Instituições de Saúde
CSAJ	Câmara Setorial sobre Arquivos do Judiciário
CSAM	Câmara Setorial de Arquivos Municipais
CSAP	Câmara Setorial sobre Arquivos Privados
CTCRH	Câmara Técnica de Capacitação de Recursos Humanos
CTDAISM	Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais
CTDE	Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos
CTGD	Câmara Técnica de Gestão de Documentos
CTNDA	Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística
CTPAD	Câmara Técnica de Paleografia e Diplomática
CTPD	Câmara Técnica de Preservação de Documentos
DTBA	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
DVD	<i>Digital Versatile Disk</i>
FGV/CPDOC	Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
FUNDACINE	Fundação Cinema RS

IECINE	Instituto Estadual de Cinema
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP	Universidade de São Paulo
VHS	<i>Video Home System</i>

## Lista de Quadros

Quadro 1	Formas de Aquisição de Arquivos	20
----------	---------------------------------	----

## Lista de Figuras

Figura 1	Inauguração da Cinemateca Capitólio Petrobras	29
Figura 2	Sala de Cinema – ponto de vista da plateia	30
Figura 3	Sala de Cinema – ponto de vista do palco	30
Figura 4	Sala de Exposições	31
Figura 5	Sala Multimídia	32
Figura 6	Acervo da Biblioteca	32
Figura 7	Tratamento Técnico de Filmes	33
Figura 8	Área de Armazenamento de Filmes	33

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>OS ARQUIVOS PESSOAIS NA LITERATURA ARQUIVÍSTICA</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Arquivos Pessoais</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>Aquisição ou Entrada de Documentos</b>	<b>20</b>
<b>2.3</b>	<b>Custódia</b>	<b>21</b>
<b>2.4</b>	<b>Meios Institucionais de Custódia e Disseminação de Acervos/Arquivos Pessoais</b>	<b>24</b>
<b>3</b>	<b>AMBIENTE DO ESTUDO</b>	<b>27</b>
<b>3.1</b>	<b>Cinemateca Capitólio Petrobras</b>	<b>27</b>
<b>3.2</b>	<b>Histórico</b>	<b>28</b>
<b>3.3</b>	<b>Os Espaços</b>	<b>29</b>
<b>3.4</b>	<b>O Centro de Documentação e Memória da Cinemateca Capitólio Petrobras e seus Arquivos Pessoais</b>	<b>34</b>
<b>4</b>	<b>A AQUISIÇÃO E A CUSTÓDIA DE ACERVOS PESSOAIS NA CINEMATECA CAPITÓLIO PETROBRAS</b>	<b>42</b>
<b>4.1</b>	<b>Aquisição dos Acervos</b>	<b>42</b>
<b>4.2</b>	<b>A Custódia Considerando-se Aspectos Relacionados ao Tratamento e à Disponibilização do Acervo</b>	<b>44</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>46</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>48</b>
	<b>ANEXO A – Termo de Depósito Legal</b>	<b>50</b>
	<b>ANEXO B – Carta de Doação</b>	<b>51</b>
	<b>ANEXO C – Termo de Doação</b>	<b>52</b>
	<b>ANEXO D – Termo de Doação Atual</b>	<b>53</b>
	<b>ANEXO E – Recibo de Doação</b>	<b>54</b>
	<b>ANEXO F – Relação de Materiais Doados</b>	<b>55</b>
	<b>ANEXO G – Relação de Filmes Depositados</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Na Arquivologia, um dos assuntos que merecem um estudo mais direcionado e aprofundado diz respeito aos Arquivos Pessoais e suas nuances.

Uma definição bastante clara sobre Arquivos Pessoais é a da FGV/CPDOC, encontrada em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>, em que esses arquivos são definidos como *conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas de vidas.*

No desenvolver deste estudo, é feita uma abordagem mais aprofundada do referencial teórico desse tema, mas, desde logo, depreende-se dessa definição que a análise acurada do acervo desses documentos se constitui em importante fonte primária de consulta, capaz de permitir ao pesquisador construir um perfil muito aproximado do seu produtor, no que se refere ao seu estilo de vida, preferências e valores éticos e morais.

Esses arquivos pessoais cada vez mais têm chamado a atenção de pesquisadores, por conterem uma grande gama de informações, tanto sobre as pessoas que os produziram como também sobre o contexto histórico e social em que são assentados.

Para a custódia desses arquivos, necessária a existência de instituições responsáveis pela guarda, preservação e proteção desses documentos.

Importante referir que o recolhimento de arquivos pessoais a instituições de guarda tem como objetivo a preservação da memória e da informação contida nos documentos criados, recebidos ou acumulados por pessoas importantes ou relevantes para a história ou comunidade.

As instituições de guarda justificam sua criação quando servem socialmente como lugares de representatividade da memória individual e coletiva, abrangendo não somente os arquivos públicos, mas também os privados, onde estão inseridos os arquivos pessoais.

No entanto, o que se verifica é a insuficiência de instituições públicas e privadas interessadas e/ou com capacidade para abrigar e dar o tratamento adequado a esses arquivos, desde seu recolhimento, preservação e difusão, para atender à crescente

demanda que se tem observado com o despertar de uma nova visão sobre os arquivos pessoais e seu papel na construção social.

Em razão da ampla possibilidade de exploração do assunto, firma-se o tema desta pesquisa como uma reflexão sobre os Arquivos Pessoais e as instituições de guarda, sendo a base do trabalho sustentada na institucionalização dos arquivos pessoais pela instituição pública de guarda denominada Cinemateca Capitólio Petrobras e de que forma se dá a entrada (aquisição) desses acervos.

A Cinemateca Capitólio Petrobras é um Espaço Cultural ligado à Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, que tem como função principal a preservação, o armazenamento e a difusão da memória do cinema e do audiovisual do Rio Grande do Sul.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005), o termo Entrada de Documentos refere-se ao ingresso de documentos em arquivo, seja por comodato, compra, custódia, doação, depósito (entrada de documentos sob custódia temporária, sem a cessão da propriedade), empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração (recondução de arquivos e/ou documentos ao fundo ou arquivo a que pertencem) ou transferência. Observa-se aqui o *arquivo* como “instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos”. A leitura dessa definição é de que se trata da *forma* como se dá a entrada de documentos em uma instituição arquivística. Registra-se que o termo *aquisição*, para efeito deste estudo, deve ser entendido como uma função arquivística.

Outra definição referida no Dicionário é “ingresso de documentos em arquivo corrente (2) através do protocolo”. Arquivo corrente, no caso, como o lugar responsável pela guarda dos conjuntos documentais em fase corrente, conjuntos esses que ainda cumprem sua função primária e também são consultados frequentemente pela sua entidade produtora.

Este trabalho buscará responder às seguintes questões: como se dá a aquisição dos Arquivos Pessoais na Cinemateca Capitólio Petrobras? Quais as formas de aquisição dos Arquivos Pessoais na Cinemateca? Que critérios são utilizados para o aceite dos acervos pessoais? E quanto à custódia, a Cinemateca Capitólio Petrobras cumpre seu papel de instituição custodiadora? Que tipo de instituição de custódia é a Cinemateca Capitólio Petrobras?

O objetivo, então, desse trabalho é o estudo da aquisição e custódia dos Arquivos Pessoais pela Cinemateca Capitólio Petrobras, envolvendo a guarda, conservação, proteção dos arquivos e difusão da memória.

Como desenvolvimento desta monografia, apresenta-se inicialmente a fundamentação teórica dos Acervos/Arquivos Pessoais na literatura arquivística, trazendo, esse referencial teórico, o conceito de arquivos pessoais, custódia e instituições de memória. Com base nesses conceitos, são analisados os acervos pessoais e os processos de aquisição utilizados para o recolhimento desses acervos na Cinemateca Capitólio Petrobras. Em seguida, aborda o contexto da pesquisa, descrevendo a Cinemateca, seu histórico, seus objetivos e a constituição de seu acervo, dando atenção especial ao Centro de Documentação e Memória e seus acervos multidisciplinares envolvendo outras áreas da Ciência da Informação.

Esta pesquisa é um estudo de caso, que se utilizou de técnicas de pesquisa bibliográfica/documental. O estudo de caso é uma técnica “de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores” (ARAUJO, PINTO e LOPES, 2008, p.4). Enquadra-se, então, esta pesquisa em um estudo de caso porque seu objeto de estudo é uma instituição de custódia, que mantém sob sua guarda arquivos pessoais, sendo os temas *arquivos pessoais, custódia e aquisição* de grande relevância para a nova arquivística e que provocam questionamentos a respeito de novos fazeres no campo dos arquivos. Este trabalho envolveu um estudo teórico em artigos e livros relacionados ao tema na bibliografia arquivística e uma extensa pesquisa em *folders*, documentos e *site* da Cinemateca Capitólio para tornar possível a análise dos dados.

De destacar, também, que esta pesquisa se constitui como de caráter exploratório porque seu objetivo é proporcionar uma visão geral sobre os Arquivos Pessoais e suas potencialidades como veículos de informação, fazendo uso de uma abordagem qualitativa, que se caracteriza por objetivar maior familiaridade com o problema, envolvendo um levantamento bibliográfico, entrevista com pessoas que tiveram experiências com o problema pesquisado e análise de exemplos. Segundo GIL (2008), estas formas de pesquisas “constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla”.

Foram executadas as seguintes etapas: levantamento documental nos processos de aquisição de arquivos pessoais; busca em literatura arquivística contemporânea, referente aos temas Arquivos Pessoais, Instituições de Memória e Custódia; levantamento bibliográfico nas áreas de arquivologia e ciência da informação; levantamento documental na Cinemateca Capitólio Petrobras, em busca dos projetos que deram origem à instituição e ao Centro de Documentação e Memória; realização de entrevistas informais para coleta de dados; levantamento documental e biográfico dos produtores dos arquivos; análise dos instrumentos de pesquisa dos arquivos pessoais institucionalizados pela Cinemateca; e redação do trabalho, com as conclusões e considerações finais.

Concluindo, os resultados apresentados por este estudo dos acervos pessoais custodiados na Cinemateca Capitólio Petrobras e seus critérios de aquisição e organização podem contribuir para que outras instituições tomem a iniciativa de custodiar acervos pessoais e expor a riqueza desse material para a disseminação da memória social, expandindo a valorização desses arquivos como fontes de pesquisa para além do pesquisador e historiador.

## **2 OS ARQUIVOS PESSOAIS NA LITERATURA ARQUIVÍSTICA**

O referencial teórico possui o objetivo de apresentar o conceito de arquivos pessoais, bem como referenciar as instituições de custódia e os lugares de memória, diante da ligação que possuem esses três temas, dentro da literatura arquivística e da importância desses para a constituição da memória social.

Assim, será explicitada a função da custódia, de seus lugares e o efeito desses na preservação de arquivos pessoais.

### **2.1 Arquivos Pessoais**

A história do surgimento dos arquivos pode ser contada de várias formas e sobre vários prismas, porém não se pode determinar a data, o ano ou até mesmo o século exato em que se materializou o arquivo como lugar, como atividade de guarda de registros. Podemos analisar que o registro dos atos e ações do homem se iniciou com a escrita em seu amplo espectro, mas o momento em que esses registros foram entendidos como ferramentas para contar as vivências do homem ainda não está determinado.

Uma época aproximada, de acordo com autores e pesquisadores da história, seria por volta do século IV e V em que os arquivos surgiram com intencionalidade de guardar os documentos administrativos do Estado Grego, compondo-se assim de leis, tratados, documentos oficiais, etc. Esses documentos não eram disponibilizados ao povo em geral, mas apenas um pequeno grupo que participava da Corte tinha esse privilégio.

Esse quadro manteve-se até por volta do século XVII, quando o advento da Revolução Francesa, em 1789, despertou no Estado a conscientização da necessidade de criar arquivos para guardar, preservar e dar acesso aos acervos documentais do passado, assim como aos documentos que viessem a ser produzidos no futuro. A partir daí, foram criados na França os Arquivos Nacionais que eram públicos e de livre acesso e disponibilização a qualquer cidadão. Esse foi um marco importante para a arquivística, que se manteve até por volta do século XIX, quando o arquivo como instituição ganhou espaço.

Os arquivos públicos, então, passaram a ser responsáveis pelo recolhimento, preservação e acesso aos documentos gerados pela administração pública e esse

modelo foi adotado nos países europeus e americanos. A partir de então, estudiosos da arquivística passaram a desenvolver metodologias de organização de acervos documentais que observava a origem e o contexto de criação dos documentos, resultando em um modelo de organização de arquivos que se amparava no princípio da proveniência.

Após a Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento da tecnologia, o mundo se viu obrigado a lidar com uma produção acelerada de documentos e a procurar alternativas para lidar com essa grande demanda por espaço físico. A partir de então soluções de racionalização de produção foram metas de governos e desenvolvimento de pesquisas no meio arquivístico. Surgiu a gestão de documentos.

Conforme Velloso (2010) “A Primeira Guerra introduziu no cenário questões relacionadas à destruição e à evasão dos documentos, que se consolidaram na Segunda Guerra não só na França mas também no Reino Unido.” Observou-se, nessa época, na França, um grande interesse histórico pelos arquivos pessoais. Em decorrência disso, foram realizadas múltiplas ações visando à preservação de tais documentos. O resultado foi a disponibilização de grande fonte primária de consulta disponível aos pesquisadores, historiadores e público em geral.

A inclusão do direito à informação na Declaração dos Direitos Humanos de 1948 transformou o acesso aos arquivos em direito democrático de todos os cidadãos e não mais uma reivindicação da pesquisa científica ou histórica. Esse processo de democratização dos arquivos alavancou o surgimento dos arquivos públicos que, aqui no Brasil, teve sua regulamentação e definição na criação da chamada Lei do Arquivo, Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe em seu Art. 2º:

Art. 2º Consideram-se arquivos, para fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (ARQUIVO NACIONAL-CONARQ, 2015).

Partindo de definições do que são arquivos privados e arquivos pessoais, encontra-se no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005), quando se busca o termo “arquivo pessoal”, a definição de que se trata de “arquivo de pessoa física”, porém, quando a busca se refere a “arquivo privado” a definição é de que se trata de um “arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular”. Depreende-se daí que o arquivo pessoal é uma

particularidade de arquivo privado. Faz-se necessária a compreensão do que significa arquivo nesse contexto, atentando para a definição contida nesse mesmo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, onde diz que arquivo é o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”.

Ainda buscando definições técnicas, no Dicionário de Terminologia Arquivística (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1996, p.8), arquivos pessoais é o “conjunto de documentos acumulados em decorrência das atividades de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, depositados ou não em instituições públicas”.

Quanto à legislação sobre a matéria Arquivos Pessoais, como já dito anteriormente, do ponto de vista de sua especificidade, a Arquivística vai buscar amparo no que está legislado, normatizado e regulamentado sobre Arquivos Privados, posto que aqueles estão inseridos no contexto destes.

A redação da Lei 8.159/91, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, no seu Capítulo III, Art.11, considera os arquivos privados como “conjunto de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades”.

Os pensadores da área da Ciência da Informação, aí se destacando a Arquivologia, vêm buscando ampliar o conceito de arquivos pessoais, assim como melhor entender, descrever e inserir esta fonte riquíssima de informações na teoria e nos princípios arquivísticos, tanto quanto determinar sua jurisdição e custódia.

Bellotto (2006) quando trata da conceituação de arquivos privados, categoriza-os em os gerados por instituições não governamentais e os gerados por famílias ou indivíduos. Aqueles formados por documentação gerada por empresas comerciais, industriais, financeiras ou de serviços, de pequeno, médio ou grande portes, que ela denomina “arquivos econômicos” são percebidos como semelhantes em tipologias documentais. Aos arquivos religiosos, os notariais, os de instituições educacionais privadas, de associações de classe, esportivas, beneficentes e culturais, citando apenas alguns arquivos dentre tantos outros, a autora denomina “arquivos sociais”, onde ela destaca os arquivos notariais e os religiosos que têm suas particularidades quanto a seu recolhimento. Quanto aos “arquivos pessoais”, a autora diferencia dos anteriores ao estabelecer que são “papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc. Enfim, arquivos pessoais são os papéis de qualquer cidadão que apresente interesse

para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento.” (BELLOTTO, 2006, P.253-256).

Oliveira (2012) diz que arquivo pessoal é o “conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social”. Ela diz ainda, que [...] “Representam também o seu íntimo, suas obras, etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, num sentido amplo”. Ainda citando Oliveira (2008, p.39), ela afirma que “os arquivos pessoais trazem em si elementos de traços da personalidade, de juízos de valor, preconceitos, anseios, opiniões sobre assuntos diversos que expressam os interesses e atividades dos produtores dos arquivos e das pessoas com as quais se relacionaram”. Percebe-se aí uma flexibilização do conceito de arquivos pessoais, indicando que a forma estática e administrativista como eram vistos os arquivos pessoais, sem valor para pesquisa e para a construção da memória social, está sendo revista e analisada sob o ótica da aproximação da memória individual e da memória nacional.

Trazendo uma visão mais avançada sobre os arquivos pessoais e pensando nos sujeitos desses arquivos como pessoas comuns, pode-se imaginar a variedade documental acumulada por essas pessoas durante sua vida, nos aspectos profissionais, sociais e cotidianos. Estariam ali desde um simples rascunho ou anotação até objetos colecionados ou de uso diário. Esse cotidiano da pessoa comum que se transforma em acervos pessoais é vista por Fausto Colombo como um arquivamento do eu e ele se reporta a esse arquivamento da seguinte forma:

Gravar e arquivar o nosso passado parece-nos hoje algo de muito necessário, tão indispensável como catalogar cada momento da nossa própria experiência, fotografando as imagens colhidas durante as viagens, gravando em vídeo os momentos da vida de nossos filhos ou os programas televisivos que mais nos parecem dignos de serem “conservados”, amontoando no computador nossas receitas culinárias e os números de telefone, os gostos dos amigos e o faturamento do último mês. (COLOMBO, 1991, P.19, grifo do autor).

O Regimento Interno do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) , no seu Art.11, determina a constituição de câmaras técnicas, de caráter permanente, para elaboração de estudos e normas necessárias à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados e ao funcionamento do SINAR – Sistema Nacional de Arquivos, assim como, no seu Art. 16, prevê a constituição das câmaras setoriais com a função de identificar,

discutir e propor soluções para questões temáticas que repercutem na estrutura e organização de segmentos específicos de arquivos, interagindo com as câmaras técnicas.

Aquele Regimento Interno estabelece serem as seguintes as Câmaras Técnicas: Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE); Câmara Técnica de Paleografia e Diplomática (CTPAD); Câmara Técnica de Preservação de Documentos (CTPD); Câmara Técnica de Capacitação de Recursos Humanos (CTCRH); Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais (CTDAISM); Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA); e Câmara Técnica de Gestão de Documentos (CTGD).

As Câmaras Setoriais, por sua vez, são: Câmara Setorial de Arquivos de Instituições de Saúde (CSAIS); Câmara Setorial de Arquivos Municipais (CSAM); Câmara Setorial sobre Arquivos do Judiciário (CSAJ); Câmara Setorial dos Arquivos Públicos do Poder Executivo dos Estados e do Distrito Federal (CSAEDF); e Câmara Setorial sobre Arquivos Privados (CSAP).

Interessa especificamente ao presente estudo a Câmara Setorial sobre Arquivos Privados (CSAP). Instituída pela Portaria nº 66, de 13 de novembro de 2002, do Conselho Nacional de Arquivos, tem por finalidade estabelecer diretrizes e estratégias para a identificação de arquivos privados com vistas à sua declaração de interesse público e social e ao recenseamento desses conjuntos documentais, visando ao incremento e atualização do Censo Guia de Arquivos Brasileiros - Públicos e Privados; elaborar estudos sobre a importância desses acervos para a pesquisa em geral; propor linhas de financiamento para sua organização, preservação e acesso, bem como para a constituição e/ou modernização de instituições voltadas para a sua guarda.

As atividades da Câmara Setorial sobre Arquivos Privados tiveram início na reunião de 28 de maio de 2003, na qual foram discutidas alterações no texto da Resolução nº. 12 do CONARQ, que dispunha sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas, devido à necessidade de adequá-lo ao Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2003. De tais discussões resultou o texto da Resolução nº 17, que “Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional”.

## 2.2 Aquisição ou Entrada de Documentos

Como referido na introdução deste estudo, o termo Entrada de Documentos refere-se ao ingresso de documentos em arquivo, por diversas formas.

Para esclarecimento das formas de aquisição/entrada de documentos possíveis em um arquivo, especificados pelo DBTA, utilizamos o quadro abaixo:

QUADRO 1: Formas de Aquisição de Arquivos

<b>FORMAS DE AQUISIÇÃO</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
Comodato	Empréstimo gratuito por via contratual. Com direito de uso por tempo predeterminado.
Custódia	Responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade.
Dação	Entrega de documentos e/ou arquivos em pagamento de uma dívida.
Depósito	Entrada de documentos sob custódia temporária, sem cessão da propriedade.
Doação	Entrada de documentos resultante da cessão gratuita e voluntária de propriedade feita por uma entidade coletiva, pessoa ou família.
Empréstimo	Transferência física e temporária de documentos para locação interna e externa, com fins de referência, consulta, reprodução, pesquisa ou exposição.
Legado	Doação resultante de uma disposição testamentária ou de manifestação de última vontade.
Recolhimento	1 Entrada de documentos públicos em arquivos permanentes, com competência formalmente estabelecida. 2 Operação pela qual um conjunto de documentos passa do arquivo intermediário para o arquivo permanente.
Reintegração	Recondução de arquivos e/ou documentos ao fundo ou ao arquivo a que pertencem.
Transferência	Passagem de documentos do arquivo corrente para o arquivo intermediário.

Fonte: Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005)

No Dicionário de Terminologia Arquivística desenvolvido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (1996) vê-se a definição de aquisição como a “ação formal em que se funda a transmissão de propriedade de documentos e arquivos”.

Buscando uma abrangência maior do termo aquisição, Velloso (2012) diz que se utiliza da definição do Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, P.20-21), que define aquisição como “o conjunto de documentos que foram recebidos por um arquivo durante determinado período, por transferência, recolhimento, compra, doação ou legado”, por aquele citar os termos “transferência” e “recolhimento” que são funções inseridas na gestão de documentos ou fora dela como compra, doação ou legado.

Portanto, *entrada de documentos/aquisição* se trata da *forma* como se dá a entrada de documentos em uma instituição arquivística, e que a predileção por um ou outro termo não anula a validade do outro. Assim, utilizamos nesse trabalho o termo *aquisição* na abrangência possível do Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, uma vez que entendemos mais apropriado ao se tratar de arquivos pessoais.

A aquisição de arquivos pessoais pelas instituições de custódia necessita de atenção especial, uma vez que a política adotada nessa ocasião concorre plenamente para o sucesso da missão da instituição, principalmente se dedicada a um determinado tema ou setor social. A especificidade do acervo e as formas de captação desses arquivos devem garantir as condições para o cumprimento do objetivo de preservação e acesso aos documentos custodiados nessa instituição de guarda. Percebe-se, aqui, tratar-se de aquisição como uma das sete funções arquivísticas, a qual compreende um processo de identificação, seleção e obtenção de documentos orgânicos em todos os seus ciclos de vida e a formação de arquivos em todas as suas fases. Esse processo requer a atenção e interferência direta do arquivista para o estabelecimento das regras e procedimentos, capazes de garantir a confiabilidade e a integridade desses arquivos.

## **2.3 Custódia**

Entender a custódia dentro da Arquivologia e a relação desta com a Cinemateca Capitólio e os arquivos pessoais nela constituídos será o escopo desse item.

Assim, se buscará o conceito de custódia nos dicionários de terminologia arquivística e jurídica, ampliando a análise no papel desempenhado pela Cinemateca Capitólio Petrobras.

O conceito instituído pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística para o termo custódia é “responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos (1), independentemente de vínculo de propriedade” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.62), sendo que dentro dessa conceituação se refere ao termo arquivo como “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte (Idem, p.27).

Numa análise sobre essa definição de custódia destaca-se a responsabilidade jurídica, o que leva ao pensamento de que, junto com a ação de recolher e guardar um acervo documental, vem a responsabilidade pela sua proteção e conservação, respondendo a instituição de guarda juridicamente, no caso de algum dano ou perda desses documentos. Portanto, custódia significa que é dada a uma instituição ou pessoa autoridade para guardar um arquivo, mantê-lo em um lugar determinado, ao mesmo tempo em que lhe é exigida a responsabilidade por esse arquivo, observando a sua integridade física e informacional. Essa relação do lugar e da custódia é comentada por Margareth da Silva em sua tese de doutorado, nas seguintes palavras:

Além da responsabilidade jurídica pela proteção, a custódia é um elemento fundamental em qualquer definição de arquivo, pois estar arquivado significa estar em um lugar. Esse lugar possui diferentes níveis, podendo ser a instituição, o fundo, o dossiê, a pasta, porque o vínculo arquivístico também comporta níveis diferentes. (SILVA, Margareth da. O arquivo e o lugar: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015, p.21).

Ela complementa o pensamento dizendo que:

Assim, o lugar para a perspectiva custodial tem finalidades específicas: manter o vínculo arquivístico entre os documentos, isto é, assegurar a sua preservação em um conjunto, e garantir a sua segurança, de modo que possam ser acessados e utilizados como documentos autênticos, seja para fins de prova ou de informação. (Idem, p.22).

Com um estudo mais amplo, poderemos verificar que a custódia possui vários significados, tanto na teoria arquivística quanto na jurídica. Como nosso estudo se concentra na aquisição e custódia de acervos pessoais por uma instituição pública com a especificidade na cinegrafia nacional, limitaremos o tema custódia ao sentido de

armazenamento e estoque, sem deixar de lado a importância da função arquivística de preservação.

Em seu estudo de análise das definições alcançadas pelo termo custódia, Margareth da Silva, já citada, buscou em dicionários de línguas, dicionários jurídicos, além de glossários e dicionários de terminologia arquivística o entendimento do termo e compilou os mais frequentes encontrados na sua definição. Com base nos termos encontrados nos léxicos e nos dicionários jurídicos a autora depreendeu que “o significado de custódia, portanto, tem como base concreta o local de guarda, o qual, em virtude dessa particularidade, passa a se tornar proteção. Essa proteção tem por finalidade preservar algo e também deve ser feita com cuidado e vigilância por uma pessoa a fim de manter incólume e seguro o material custodiado”.

Ainda, conforme o resultado de pesquisa apresentado em sua tese de doutorado, Margareth da Silva (2015) declara a existência de um núcleo comum entre as diferentes definições e a autora se reporta a eles como “elementos essenciais” nas definições sobre custódia e os relaciona e explica da seguinte maneira:

Guarda – A custódia significa que existe um lugar para preservar arquivos e documentos. A guarda abrange a posse, ou seja, os documentos estão retidos e preservados pelo custodiante: em uma palavra, arquivados.

Proteção – Os arquivos são um tipo de material que precisa ser cuidado e estar em segurança, em virtude da sua fragilidade e vulnerabilidade. A proteção envolve a responsabilidade legal da produtora ou preservadora, que tem a custódia dos documentos, pela segurança e preservação dos mesmos, que não podem ser alterados, subtraídos e/ou danificados.

Aspecto relacional - A relação entre o material custodiado e o custodiante nos leva a enfatizar que a custódia é uma relação entre os documentos e as pessoas ou instituições que os preservam.

Diante do apresentado, fica implícito que os documentos precisam de proteção porque são frágeis, tanto do ponto de vista físico como intelectual, sujeitos a vários tipos de riscos à sua durabilidade e manutenção, enquanto documentos arquivísticos, e que sua perda, adulteração, falsificação ou mesmo desorganização pode impossibilitar a sua utilização como testemunho das ações. Além disso, essa proteção tem por finalidade manter preservado e íntegro o material custodiado.

## 2.4 Meios Institucionais de Custódia e Disseminação de Acervos/Arquivos Pessoais

A preservação da memória e seus registros, em qualquer que seja seu suporte, depende da institucionalização desses registros em uma instituição ou arquivo que dê conta dessa função. Define-se aqui “instituição de custódia” como uma instituição pública ou privada destinada a receber, higienizar e/ou restaurar e conservar conteúdo de documentos. No caso em estudo, interessa a instituição encarregada da aquisição, guarda e conservação de arquivos pessoais.

Há quatro tipos bem definidos de meios institucionais de custódia, a saber: arquivo, biblioteca, museu e centro de documentação.

Para melhor compreensão das características e diferenças desses meios institucionais, vamos estudá-los individualmente.

- Arquivo - No sentido de lugar de guarda, é definido pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística como a instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos. Segundo a Lei nº 8.159/1991, arquivo é o conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgão públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. Nesse sentido, o arquivo é uma instituição que recolhe os conjuntos de documentos, com finalidade de guarda intermediária ou permanente e reunidos segundo sua origem e função. Em geral, a fonte geradora dos documentos que compõem o arquivo é única.
- Biblioteca - É uma coleção de livros ou publicações em série e pode ser definida como um espaço físico para guarda desse tipo de documentos, os quais ficam disponíveis para consulta do público em geral. Aqui a fonte geradora é múltipla, isto é, oriunda de diferentes livrarias, editoras, gráficas, etc.
- Museu - Segundo a lei nº 11.904/2009: “Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade

e de seu desenvolvimento”. Normalmente as peças que compõem o museu são únicas, de grande valor cultural e antigas.

- Centro de Documentação – Segundo Juan Cacio Peixoto, bibliotecário, em artigo publicado no *blog* da ACERO Organização e Guarda de Documentos, Centro de Documentação é a “área organizacional estruturada, com o objetivo de selecionar, avaliar, armazenar, organizar e recuperar a informação”. Os objetivos dos centros de documentação são fundamentalmente científicos e sua principal espécie é o banco de dados.

De destacar que, qualquer que seja o meio institucional de custódia, as instalações físicas devem dispor de condições adequadas quanto à iluminação, arejamento, higienização e espaço físico.

Para reforçar essas conceituações, cita-se Bellotto:

Arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm, portanto, fronteiras bem-definidas. Não devem ser confundidos nem quanto à documentação que guardam, nem quanto ao trabalho técnico, que desenvolvem a fim de organizar seus acervos e de transferir e disseminar informação. Sendo instituições públicas ou particulares preocupadas com a transmissão cultural e com a custódia e a divulgação de informações técnicas e científicas, possuem, cada uma, de per si, um espaço social próprio e independente no qual devem agir. (BELLOTTO, 2006, p.42)

Para essa autora, é possível estabelecer “[...]”:

- que a biblioteca é órgão colecionador (reúne artificialmente o material que vai surgindo e interessando à sua especialidade), em cujo acervo as unidades estão reunidas pelo conteúdo (assunto); que os fornecedores são múltiplos (diferentes livrarias, editoras, empresas gráficas, empresas jornalística, laboratórios de microfilmes etc.);

- que o arquivo é órgão receptor (recolhe naturalmente o que produz a administração pública ou privada à qual serve) e em seu acervo os conjuntos documentais estão reunidos segundo sua origem e função, isto é, suas divisões correspondem ao organograma da respectiva administração; que os objetivos primários do arquivo são jurídicos, funcionais e administrativos e que os fins secundários serão culturais e de pesquisa histórica, quando estiver ultrapassado o prazo de validade jurídica dos documentos (em outras palavras, quando cessarem as razões por que foram criados); e que a fonte geradora é única, ou seja, é a administração ou é a pessoa à qual o arquivo é ligado;

- que o museu é órgão colecionador, isto é, a coleção é artificial e classificada segundo a natureza do material e a finalidade específica do museu a que pertence; e que seus objetivos finais são educativos e culturais, mesmo custodiando alguns tipos de documentos originariamente de cunho funcional.
- que o centro de documentação é órgão colecionador ou referenciador (quando não armazena documentos como as demais entidades obrigatoriamente o fazem e só referencia dados em forma física ou virtual). Seus objetivos são fundamentalmente científicos, já que a coleção (quando os documentos são armazenados) é formada de originais ou de reproduções referentes a determinada especialidade; incluem-se nessa categoria as bases de dados.

Tessitore (2003), por sua vez, expressa que os centros de documentação são entidades híbridas, ou seja, mistas, sendo uma mescla de entidades como arquivos, bibliotecas e museus, que reúnem por compra, doação ou permuta documentos únicos ou múltiplos de origens diversas e/ou referenciais sobre uma área específica da atividade humana.

Segundo a mesma autora, muitas são as funções dos centros de documentação e memória que visam à preservação e à difusão das informações, mas podemos citar como atividades principais as seguintes:

- Reunir, custodiar e preservar documentos de valor permanente e referências documentais úteis ao ensino e à pesquisa em sua área de especialização;
- Estabelecer uma política de preservação de acervos;
- Disponibilizar seu acervo e as referências coletadas a seu público;
- Divulgar seu acervo, suas referências e seus serviços;
- Promover intercâmbio com entidades afins;
- Atender à pesquisa.

Podemos acrescentar aqui, ainda, as atividades de avaliação quanto ao potencial histórico, informativo e probatório dos documentos, a organização documental que abrange a classificação, ordenação, catalogação e a descrição documental, visando à disponibilização de instrumentos que facilitam a pesquisa.

### **3 AMBIENTE DO ESTUDO**

#### **3.1 Cinemateca Capitólio Petrobras**

Presencia-se uma busca por alternativas e soluções empenhadas individualmente ou por grupos de pessoas, com interesse na preservação de determinados acervos pessoais, que resultam na criação de lugares de memória independentes do Estado ou que mantém uma certa autonomia legislativa na sua administração. Em outros casos, há o esforço conjunto de órgãos públicos e outros atores, como uma associação de classe, uma instituição social, uma instituição educacional ou até mesmo grupos de simpatizantes com a causa.

Com essa visão de colaboração, a instituição foco deste estudo, Cinemateca Capitólio Petrobras, foi constituída com a função principal de preservar, armazenar e difundir a memória do cinema e do audiovisual do Rio Grande do Sul, em uma parceria entre a Fundação Cinema RS - FUNDACINE e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com apoio da Associação dos Amigos do Cinema Capitólio e projeto patrocinado pela Petrobras.

Como esclarecimento, o termo Cinemateca, expresso pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, indica que é a “instituição ou serviço que reúne, conserva, realiza processamento técnico e dá acesso a documentos cinematográficos. Também chamada filmoteca” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.49).

A Cinemateca Capitólio Petrobras, com seus arquivos audiovisuais, iconográficos e textuais, referida nessa pesquisa como instituição de custódia e contemplando os seus acervos pessoais recolhidos em seu Centro de Documentação e Memória, é um misto de arquivo, biblioteca e museu. Enfatiza-se neste trabalho os arquivos pessoais, sem, de forma alguma, diminuir a importância dos outros acervos nela custodiados.

### 3.2 Histórico

Após o fechamento definitivo do Cine Theatro Capitólio, em 1994, já bastante deteriorado, sua importância foi reconhecida, no ano de 1979, quando o prédio foi listado no rol de bens de interesse cultural do Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre. Essa inclusão foi confirmada na revisão do Inventário dos Bens Culturais Imóveis do Município de Porto Alegre de 1995, quando sua posse passou para o Município e, em 2002, ocorreu seu tombamento em nível municipal.

A partir de 2004, foi iniciada uma parceria entre a FUNDACINE – Fundação Cinema RS e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com o apoio da AAMICA (Associação dos Amigos do Cinema Capitólio), com vistas à completa restauração do prédio e sua transformação em uma Cinemateca. Com projeto patrocinado pela Petrobras, por meio da Lei Rouanet e outros recursos, foi concluída a primeira fase de restauro no ano de 2006. O Cine Theatro Capitólio foi finalmente tombado pelo IPHAE, em 2006, após solicitação do IECINE - Instituto Estadual de Cinema.

Em 12/11/2014, sob o Decreto 18.844, foi finalmente criada a Cinemateca Capitólio Petrobras, tendo, dentre outros objetivos, o de implantar um projeto inédito de cinemateca no RS, preservar a memória audiovisual gaúcha e priorizar a exibição da produção audiovisual brasileira.

Em 27/03/2015, foi inaugurada a Cinemateca Capitólio Petrobras (Figura 1). O espaço é composto por uma sala de cinema, com 164 lugares, sala de exposições, um espaço para cafeteria, salas de pesquisa, sala multimídia e um Centro de Documentação e Memória, composto por uma Biblioteca especializada em cinema, Acervos de Filmes em Película, Acervo de Filmes em Multimeios, Coleção de Peças Históricas, Coleção de Fotografias, Coleção de Cartazes e o Acervo Documental, onde são encontrados os arquivos pessoais de cineastas, fotógrafos e críticos de cinema, além de roteiros de filmes, sinopses de filmes, recortes de jornais e revistas, correspondências, relatórios, fotografias, cartazes, entrevistas e muitos outros documentos que ajudam a contar a história do cinema gaúcho e brasileiro.

Assim, a criação da Cinemateca Capitólio Petrobras, além de recuperar a vocação original do espaço como sala de exibição, teve o efeito de transformar o prédio em um local destinado à preservação da memória audiovisual do Rio Grande do Sul e também resultou em um importante espaço de busca de informações e pesquisa.

Figura 1: Inauguração da Cinemateca Capitólio Petrobras



Fonte: Cinemateca Capitólio Petrobras / Foto de Carniel Dias, 2015.

A Cinemateca será observada, para efeito deste trabalho, como sendo um Arquivo composto por vários acervos e, estreitando ainda mais a observação, como um Centro em que estão custodiados acervos pessoais constituídos de documentos de pessoas ligadas de alguma forma à cinegrafia nacional. A escolha pela abordagem de Arquivo não destitui as características e ideia de Centro Cultural, como originalmente designada a Cinemateca Capitólio Petrobras, mas apenas servirá para marcar o objeto de estudo.

### 3.3 Os Espaços

A Cinemateca Capitólio Petrobras é constituída por uma sala de cinema, uma sala de exposições, um espaço de cafeteria, salas de pesquisa, sala multimídia, biblioteca e acervo.

A Sala de Cinema mantém as características originais do espaço do antigo Cine Theatro Capitólio, com algumas pequenas modificações e adaptações . Localizada no piso térreo, tem capacidade para 164 espectadores, com espaço reservado para cadeirantes e com previsão de exhibições de terça a domingo, com três sessões diárias (Figuras 2 e 3).

Figura 2: Sala de Cinema – ponto de vista da plateia



Figura 3: Sala de Cinema – ponto de vista do palco



Fonte: Cinemateca Capitólio Petrobras / Fotos de Carniel Dias, 2015.

A Sala de Exposições (Figura 4), localizada também no piso térreo, é um espaço para exposições e projeções de videoarte.

Figura 4: Sala de Exposições



Fonte: Cinemateca Capitólio Petrobras / Foto de Carniel Dias, 2015

A Cafeteria é um espaço de convivência destinada a atender aos frequentadores da Cinemateca, servindo uma variedade de cafés, bebidas, doces, salgados e lanches em geral. Está localizada no segundo pavimento da Cinemateca.

As Salas de Pesquisa são espaços criados para atender pesquisadores e interessados pelo tema do cinema, sendo um destinado à consulta do material bibliográfico e documental e outro equipado com aparelho de DVD e monitor de televisão, de uso gratuito e disponibilizado mediante agendamento prévio. Estão localizadas no segundo pavimento da Cinemateca.

A Sala Multimídia (Figura 5), localizada no terceiro pavimento do prédio, é um espaço com capacidade para 40 pessoas, equipado com um projetor digital de alta definição e destinado à realização de oficinas, cursos, palestras e exibições de filmes.

Figura 5: Sala Multimídia



Fonte: Cinemateca Capitólio Petrobras / Foto de Carniel Dias, 2015.

A Biblioteca é especializada em cinema e tem por objetivo atender pesquisadores e demais interessados pelo tema, disponibilizando material bibliográfico sobre o cinema nacional e internacional (Figura 6), tais como livros, catálogos, periódicos, folhetos, revistas e monografias. Está localizada no terceiro pavimento do prédio.

Figura 6: Acervo da Biblioteca



Fonte: Cinemateca Capitólio Petrobras/Foto de Carniel Dias, 2015.

As salas do Acervo da Cinemateca estão distribuídas em quatro pavimentos, projetadas especialmente para a função de guardar materiais relacionados à memória audiovisual do Rio Grande do Sul. No segundo pavimento encontra-se o acervo de obras audiovisuais; no terceiro pavimento, o acervo de documentos. Ainda há a área de recepção do acervo no piso térreo, a sala de tratamento técnico de filmes no terceiro

pavimento e a área de tratamento das obras audiovisuais no quarto pavimento. Toda a área do acervo está localizada atrás da tela da sala principal de exibição.

Todo o acervo recebido pela Cinemateca Capitólio Petrobras passa por um tratamento técnico adequado (Figura 7), de acordo com as características de cada documento. Após, são arquivados (Figura 8) em ambientes apropriados, onde é realizado o monitoramento da temperatura e da umidade relativa do ar, buscando a conservação dos acervos e a preservação da memória para as gerações futuras.

Figura 7: Tratamento Técnico de Filmes



Fonte: Cinemateca Capitólio Petrobras/Foto de Carniel Dias, 2015.

Figura 8: Área de Armazenamento de Filmes



Fonte: Cinemateca Capitólio Petrobras/Foto de Carniel Dias, 2015.

O Centro de Documentação e Memória da Cinemateca Capitólio Petrobras é responsável pela prospecção, preservação e difusão da Memória do Cinema Gaúcho e Brasileiro e sua linha de ação está focada em quatro eixos: Acervo Audiovisual; Acervo Documental; Atendimento a Pesquisa; e Difusão da Informação.

Nesse espaço, encontra-se o Acervo Arquivístico, constituído: pelo Fundo Documental Cinemateca Capitólio Petrobras; pelo Fundo Documental Coordenação de Cinema, Vídeo e Fotografia; e pelos Arquivos Pessoais de cineastas, fotógrafos e críticos de cinema.

### **3.4 O Centro de Documentação e Memória da Cinemateca Capitólio Petrobras e seus Arquivos Pessoais**

O Centro de Documentação e Memória da Cinemateca Capitólio Petrobras, segundo documento interno, elaborado por servidores da própria Cinemateca, possui características de um Centro de Documentação, por ser constituído de acervos diversos, de caráter arquivístico, biblioteconômico e museológico. Ele é formado por um acervo misto, em um único espaço físico, com características das três instituições, e que por este motivo necessita de um tratamento técnico diferenciado. O Centro tem como recorte temático **CINEMA, VÍDEO E FOTOGRAFIA**, seguindo, assim, as três linhas de ações da Coordenação de Cinema, ao qual o Centro está ligado.

Devido à diversidade documental, o acervo foi dividido nas seguintes categorias: Audiovisual, composto por filmes e vídeos; Institucional, composto por documentação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, da Coordenação de Cinema e Vídeo e Fotografia – CCVF e da Cinemateca Capitólio; Privado, que reúne os arquivos pessoais e institucionais; Bibliográfico, composto de livros, revistas, catálogos, guias, perfis, etc; Documento Eletrônico, composto por textos, planilhas, ppts, etc; Iconográfico, com cartazes, cartões-postais, fotografias em papel e/ou digital, negativos, slides e cromos; Museológico, reunindo objetos e peças tridimensionais utilizadas na cinematografia de diversas épocas; e o Sonoro, composto por entrevistas, depoimentos, músicas, etc.

O interesse deste estudo são os **Arquivos Pessoais**, integrantes da categoria **Acervos Privados**, os quais são analisados e descritos abaixo, quanto à sua forma de aquisição, procedência, constituição do acervo, avaliação, incorporações, história arquivística e disponibilização. Cabe observar que as informações a respeito desses

arquivos pessoais foram pesquisadas e reproduzidas conforme documentação oferecida pela própria instituição custodiadora, as quais foram elaboradas por servidores, sem data determinada e com alimentação de informações conforme foram surgindo ao longo dos anos.

Esses acervos são constituídos de documentos das seguintes pessoas, todas ligadas à cinegrafia:

- **Antonio Carlos Textor** – Biografia - Antonio Carlos Textor nasceu em Soledade e é um dos nomes históricos do cinema feito no Rio Grande do Sul. Em 40 anos de carreira, dirigiu mais de 20 filmes, a maioria deles em parceria com o fotógrafo Norberto Lubisco. Entre alguns títulos de sua produção estão *Urbano* (1983), *Grafite* (1984), *Quando o Dia Surgir* (1996) e *Quintana dos Oito aos Oitenta* (1998), uma homenagem sensível à poesia de Mario Quintana.

- **Fatimarlei Lunardeli** – Biografia – Jornalista, crítica de cinema e pesquisadora. Natural de Guaporé RS, é Bacharel em Jornalismo, Mestre em Cinema e Doutora pela Escola de Comunicações e Artes da USP. Iniciou suas atividades profissionais em 1982, na Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na rádio Pampa. Ao ingressar no *Correio do Povo*, em 1986, passou a vincular-se ao setor de cinema, assinando uma coluna semanal de lançamentos em vídeo. Atuou como crítica de cinema no *Jornal do Comércio* e no *Jornal Pioneiro* de Caxias do Sul. Entre 1993 e 1996, produziu e apresentou o programa de Cinema e Vídeo na Rádio Bandeirantes FM. Desde 1989, desenvolveu atividades de programadora junto ao cinema universitário da UFRGS. Publicou os livros *Ô PSIT! O Cinema Popular dos Trapalhões*, em 1996, e *Quando Éramos Jovens – História do Clube do Cinema*. Participou da elaboração da *Enciclopédia do Cinema Brasileiro*, organizada por Fernão Ramos e Luiz Felipe Miranda, e do livro *Cinema Falado - Cinco Anos de Seminários de Cinema em Porto Alegre*. Autora de artigos em publicações diversas e professora de história e linguagem do cinema, com passagens pela Unisinos e PUCRS. Acompanha o Festival de Cinema de Gramado desde 1982, como integrante de júris de premiações, em várias edições, e integrante da Comissão de Seleção dos filmes de curta e média metragem, em 35 e 16 mm.

De acordo com os documentos produzidos pela Cinemateca e analisados durante este trabalho, os documentos foram doados pela própria produtora, Fatimarlei Lunardelli. O

acervo é de natureza privada, sendo sua forma de acumulação a atividade profissional da jornalista. O acervo é composto de 273 (livros, revistas, catálogos, folhetos), 500 unidades documentais textuais (biografias, clípgem, artigos, pôsteres, teses, diários de teses), 1 fita cassete com entrevistas com Os Trapalhões, 1 fita VHS, filme da Otto, DVD. Os documentos foram avaliados e mantidos na sua íntegra. Todos os documentos são considerados de valor permanente. Não é um fundo fechado, havendo a possibilidade de serem incorporados novos documentos ao acervo. O acesso a esses documentos é livre e podem ser reproduzidos, observadas as normas internas. Os instrumentos de pesquisa são por meio de bancos de dados.

• **Glênio Povoas** - Biografia - Glênio Nicola Povoas, professor de cinema da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1999) e Doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005). Em sua tese de doutorado, buscou dados sobre as primeiras filmagens no Rio Grande do Sul. Como escritor, lançou um livro sobre a história e análise crítica sistematicamente comentada do filme gaúcho de Salomão Scliar: "Vento Norte", de 1951. O livro foi escrito originalmente como dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Participou como roteirista, colaborador ou codiretor das seguintes produções: *Oscar Boz*, *Benjamim*, *A Ferro e Fogo*, *Contos de Inverno*, *Mundo Grande do Sul*, *Memorial de Maria Moura*, e *Passageiros*.

O subfundo é constituído por publicações na área de cinema. As principais: revista *Monet*, *Set Cinema e Vídeo*, *Pantalla Três*, *Set Mitos*, *Première*, *Moviola*, *Star Wars*, *Especial Set*, *Tuy Vídeo*, *Ciak*, *Cinema* e outras. O período de abrangência das publicações é entre 1985 e 2009, perfazendo um total de 430 unidades, todas em suporte papel.

O acervo descrito é de natureza privada. O material foi reunido pelo doador durante sua atividade profissional. A documentação foi entregue à Coordenação da Memória no ano de 2006, doada pelo próprio produtor. Foi higienizada e mantida em sua integralidade, assim como declarado de valor permanente. Considerado de livre acesso, pode ser reproduzida, observando as normas internas da instituição. O instrumento de pesquisa é o banco de dados.

• **Jorge Furtado** - Biografia – De formação autodidata, cursou medicina, psicologia, jornalismo e artes plásticas, sem concluir os cursos. A carreira profissional começou no início dos anos 1980, na TV Educativa/RS, onde foi repórter, apresentador, editor, roteirista e produtor. Em 1982, foi um dos criadores do programa semanal “Quizumba” que misturava ficção e documentário, com linguagem bastante ousada para a televisão pública da época.

A partir de 1990, passou a trabalhar como roteirista para a TV Globo, em geral associado ao núcleo de Guel Arraes, com o qual dirigiu várias minisséries e dezenas de especiais.

Em 2002, estreou como diretor de longas-metragens. Ministrou vários cursos de roteiro para a televisão, em parceria com seus colegas da Casa de Cinema (1989 e 1990), ou individualmente, no Festival de Inverno de Ouro Preto (1993 e 1995), na Fundação Cultural Banco do Brasil (1997) e na Escuela Internacional de Cine y Television de San Antonio de los Baños, Cuba (1999).

Festivais nacionais e de vários países já realizaram retrospectivas e homenagens à obra de Jorge Furtado: entre estes, Hamburgo (1994), Rotterdam (1995), São Paulo (1997), Santa Maria da Feira (1998), Goiânia (2002), Toulouse (2004), Paris (2005), Londres (2006) e Bruxelas (2006). Em março de 2008, o Harvard Film Archives, ligado à Universidade de Harvard, promoveu a mostra “Jorge Furtado Porto Alegre”, com exibição de 2 longas e 7 curtas.

Produziu, como diretor e roteirista, 28 filmes, entre curtas, séries, minisséries e especiais para TV. Como roteirista, fez 19 séries e minisséries e curtas -metragens.

Entre as principais premiações recebidas, está o Grande Prêmio Cinema Brasil, o Prêmio do Público no Festival de Gramado, o Kikito, o Urso de Prata, no Festival de Berlin, e vários outros prêmios nacionais e internacionais. Tem livros publicados: *Alice Através do Espelho*, *Pedro Malazarte e a Arara Gigante*, *Aventura de Alice no País das Maravilhas*, *Trabalhos de Amores Perdidos*, *Meu Tio Matou um Cara* e *Outras Histórias, A Invenção do Brasil, Um Astronauta no Chipre*.

Os documentos constituintes desse acervo foram doados pelo próprio produtor, o cineasta Jorge Furtado, sendo de natureza privada e o fundo acumulado pelo doador ao longo de sua trajetória profissional. O acervo está constituído de DVDs, VHS, cartazes, 90 roteiros de filmes para cinema e televisão, projetos, documentos textuais, *storyboards*. É um fundo aberto, pois há a expectativa de serem acrescentados novos documentos. Não foi realizada a avaliação dos documentos doados e, por consequência, foram mantidos na

íntegra e declarados de guarda permanente. É permitida a consulta e a reprodução respeitadas, as condições impostas no termo de doação. A consulta se dá por meio do banco de dados.

• **Odilon Albertinence Lopes** - Biografia: Nos anos 50, surge a TV Piratini, emissora da rede Tupi de Televisão, sediada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. No momento em que nascia a emissora gaúcha, o mineiro Odilon Lopes aportava em Porto Alegre. Foi um dos pioneiros repórteres cinematográficos do Estado e do País. Suas filmagens ainda permeiam os arquivos de imagens em movimento no Brasil. Foi repórter cinematográfico da TV Piratini, jornalista, diretor de TV e Cinema. Foi ele quem registrou algumas cenas do movimento da Legalidade no RGS, quando do governo Brizola. Segundo Lopes: “O Palácio Piratini foi transformado na cidade da defesa dos preceitos constitucionais e em seus porões os jornalistas produziam noticiários que mantinham o povo brasileiro – e do exterior - informado sobre a Legalidade e a disposição para a luta armada”. Odilon Lopes jornalista, repórter cinematográfico, foi várias vezes premiado com o prêmio ARI de Jornalismo. Em 1961, era ator de rádio, teatro e televisão. Foi também repórter cinematográfico dos Diários e Emissoras Associadas. Faleceu no dia 14 de fevereiro de 2002, aos 60 anos. O fato ocorreu durante o voo de retorno à cidade natal, Minas Gerais. Lopes retornaria após 45 anos para rever suas origens, coisa que não chegou a acontecer.

O acervo é constituído por documentos pessoais, livros de autoria do doador e de outros autores, recortes de jornal, capas de discos, *folders* de eventos, algumas fotos, desenhos, relatórios. Sua abrangência é de 1960 a 1996. Esse acervo estava em posse da família, que optou pela sua doação à Cinemateca. Não são esperados novos documentos para constituírem esse acervo. Os documentos foram avaliados e considerados de valor permanente. As condições de acesso e reprodução são livres, observadas as normas internas. O instrumento de pesquisa é o banco de dados.

• **Toni Rabatoni** - Biografia – Tony Rabatoni, cujo verdadeiro nome é Antônio Rabatoni, foi um dos melhores diretores de fotografia do cinema brasileiro. Nasceu em Bebedouro, no Estado de São Paulo, filho de imigrantes italianos. Muito jovem começou a se interessar e a frequentar o Centro de Estudos Cinematográficos, espécie de clube de cinema que funcionava no Museu de Arte em São Paulo. Ainda neste período começou a fazer seus curtas-metragens em 16 mm.

O início da carreira profissional se deu na Cia. Cinematográfica Vera Cruz, no ano de 1950, fazendo as tarefas mais básicas. O primeiro trabalho foi como assistente do filme “Ângela”. Saiu da Cia. Vera Cruz, que passava por problemas financeiros, e iniciou na função de Diretor de Fotografia em filmes de ponta e com atores de prestígio na época. Tony Rabatoni também aproveitou para fazer um curso de aperfeiçoamento nos Estados Unidos. No retorno ao Brasil, trabalhou como diretor de fotografia nos filmes “A Cidade Ameaçada”, de Roberto Faria, e “A Morte Comanda o Cangaço”, de Carlos Coimbra. Pelo trabalho nestes dois filmes, recebeu o prêmio Governador do Estado de São Paulo e o Saci. Em “Os Cafajestes”, de Rui Guerra, um dos primeiros filmes coloridos produzidos no Brasil, na época do chamado “cinema novo”, também recebeu os mesmos dois prêmios.

Entre outros trabalhos ainda realizados por Rabatoni, foi o fotógrafo do filme “Barravento”, de Glauber Rocha. Mais para o final da carreira, o fotógrafo deixou de trabalhar com longas-metragens, mudou-se para Porto Alegre, criou a produtora Guaíra e entrou para o setor comercial produzindo *jingles* para TV. Faleceu em 30 de março de 1995.

O acervo é composto de 11.970 imagens (negativos, contatos, fotos, *slides*), 600 recortes de jornal, 42 roteiros de filmes, 24 fitas cassete com músicas, 500 documentos textuais (documentos de cursos ministrados, convites, cartões postais, agendas, documentos de propriedades e pessoais). Esse acervo é de natureza privada e foi doado pela Sra. Maria Leci da Silva Pacheco, familiar do fotógrafo, à Coordenação de Cinema e Fotografia para fazer parte do acervo da Cinemateca Capitólio Petrobras. Esses documentos foram acumulados pelo produtor durante os 45 anos de sua atividade profissional. Toda a documentação foi submetida a um processo de higienização e a um sistema de arranjo. Toda a documentação foi mantida e considerada de valor permanente. Não há expectativa de incorporação de novos documentos. É permitida a consulta e a reprodução, respeitada as normas internas estabelecidas. A pesquisa é feita por meio de banco de dados.

- **Tuio Becker** - Biografia – Tuio Becker, nasceu em Santa Cruz do Sul, no dia 08.08.1943, e recebeu o nome de Luiz Fernando Becker. A atração pelo cinema veio cedo. A criação de um Cine Clube na cidade, fez com que o então estudante ginasiano descobrisse a magia do cinema. Começou escrevendo textos informativos no jornal da cidade, hoje Gazeta do Sul. Diplomado em Arquitetura pela UFRGS, Tuio Becker atuou

como jornalista e crítico de cinema em diversos jornais de Porto Alegre, entre eles “Correio do Povo” e “Zero Hora”. Organizou coletâneas de textos cinematográficos, como: “*Os Cadernos de PF Gestal*” e *Cinema Gaúcho, uma Breve História*. Participou também do núcleo cinematográfico e cineclubistas que viabilizou a publicação da revista *Moviola*, da programação do cinema “Bristol” e da realização das Mostras Internacionais de Cinema. No terreno cinematográfico, Tuio Becker atuou no filme “O Negrinho do Pastoreio”, “Um Homem tem de Ser Morto”. Com Sérgio Silva, realizou diversos curtas-metragens em Super-8, entre eles “Os Familiares” e o longa em 16 mm “Heimweh Nostalgia”.

O acervo foi doado pelo próprio produtor, Tuio Becker, que acumulou os documentos durante sua atividade profissional, sendo considerado um acervo de natureza privada, constituído por livros e revistas. Inicialmente, o acervo foi depositado em uma sala na Usina do Gasômetro e posteriormente transferido para a Cinemateca Capitólio. Todos os documentos foram mantidos e considerados de valor permanente. É um fundo aberto, pois são esperados novos documentos para compor o acervo. Todos os documentos são de livre acesso e podem ser reproduzidos, observadas as normas internas da instituição. O instrumento de pesquisa é o banco de dados.

• **Telmo Kersting.** Esse acervo é o mais recente e encontra-se ainda em organização. Biografia – Telmo Ávila Kersting, nasceu em 7 de setembro de 1922, na cidade de Triunfo - RS, foi o terceiro filho de Filogônio Kersting (comerciante) e Augusta Ávila Kersting. Aos dois anos de idade, perdeu a mãe para a tuberculose e seu pai, sem ter como cuidar dos filhos, o entregou aos cuidados de seus tios, o casal Müller, proprietários de uma barbearia em São Leopoldo-RS. A barbearia localizava-se ao lado do Cinema Independência e foi em razão dessa proximidade que Telmo iniciou o seu interesse pela grande arte, o cinema. Aos 18 anos, serviu ao Exército Brasileiro, na unidade de Passo Fundo - RS. Em estada no Rio de Janeiro, fez um curso de cinegrafista, na sede do exército, na Praia Vermelha. Após sua saída da corporação, como sargento da reserva, estabeleceu-se em Porto Alegre, quando, em 1952, conheceu Eulália de Oliveira, com quem noivou em 1954 e se casou em 1960. Teve quatro filhos, Letícia, André, Eduardo e Ana Maria. Desde a década de 1940, colecionava *press sheet* de filmes nacionais e internacionais, construindo, ao longo de cinco décadas, um acervo com mais de 20.000 folhetos. Nos anos 60, fez parte do Clube de Cinema de Porto Alegre, onde fez amizade com grandes figuras da área cinematográfica, como Paulo

Francisco Gastal, Romeu Grimaldi, Hiron Goidanich, Antonio Jesus Pfeil, entre outros. Concursado como funcionário estadual, passou a desempenhar função administrativa na FEBEM, atualmente FASE, aonde montou um centro de audiovisual para levar aos internos sessões de cinema em 16 mm. Na década de 70, participou como projetista de filmes em bitolas 16 mm, no Festival de Cinema de Gramado, a convite do amigo P.F.Gastal. Aposentou-se em 1981, dedicando-se à manutenção de seu acervo e prestando consultoria para cinemas, como o Ponto de Cinema SESC, do empreendedor Carlos Schimdt. Faleceu em agosto de 2007, cercado da esposa e dos filhos, que dele legaram o gosto pelo cinema.

O conjunto de documentos foi acumulado e colecionado ao longo de 60 anos pelo colecionador Telmo Kersting e é composto por aproximadamente 22.000 itens, em sua maioria de material publicitário da cinegrafia nacional e internacional, distribuído entre folhetos, cartazes, recortes de jornais, *press book*, livros, periódicos e coleções de minifolhetos, com um alcance temporal de 1930-2005. Foi recolhido à Cinemateca Capitólio em 01/02/2017, por doação definitiva e gratuita de Ana Maria de Oliveira Kersting, filha do colecionador. Este arquivo esteve sob a guarda do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa de 1990 a 1996, quando foi requisitado pelo seu produtor. Esses documentos passaram por avaliação e foram considerados de guarda permanente, porém não em sua totalidade, uma vez que existem muitos em multiplicidade. Como foi dito anteriormente, esse acervo encontra-se em fase de organização.

## **4 A AQUISIÇÃO E A CUSTÓDIA DE ACERVOS PESSOAIS NA CINEMATECA CAPITÓLIO PETROBRAS**

A Cinemateca Capitólio, no cumprimento de sua missão de preservar, armazenar e difundir a memória do cinema e audiovisual gaúcho e nacional, vem adquirindo e custodiando arquivos pessoais que contribuem para a memória da sétima arte. Esse assunto será tratado com base na documentação disponibilizada pela instituição em estudo e entrevistas informais com servidores atuantes no processo.

### **4.1 Aquisição dos Acervos**

O Acervo de Arquivos Pessoais da Cinemateca Capitólio Petrobras é constituído de documentos doados por seus produtores, por seus herdeiros e por pessoas interessadas pelo tema de cinema. Os motivos dessas doações são variados: o próprio produtor entrega o material por falta de espaço para mantê-lo guardado; falta de local adequado para a sua conservação; o produtor já faleceu e seus herdeiros não têm interesse na guarda; produtores ou terceiros que têm a consciência da importância da disponibilização do material para pesquisa pública e veem a Cinemateca Capitólio Petrobras como um lugar seguro para a preservação de seus feitos ou suas memórias, assim como a oportunidade de mantê-los ao alcance de pesquisadores e público em geral. É importante que se destaque aqui, que existem doações avulsas e variadas de materiais por pessoas que passam e os deixam na portaria da Cinemateca, sem contato direto com os responsáveis da instituição, apenas com a intenção de contribuir para o acervo. Sendo assim, não seguem o processo formal de aquisição instituído pela Cinemateca, como também não é dispensado a esse material, por não haver subsídios, o mesmo tratamento dado aos que entram formalmente no arquivo.

Atualmente as formas de aquisição de acervos na Cinemateca ocorrem: por Doação ou Depósito Legal, nos casos dos Arquivos Pessoais, de Instituições ligadas ao cinema e de colecionadores; e por Recolhimento, quanto aos documentos produzidos na Cinemateca e na Coordenação de Cinema, Vídeo e Fotografia.

O processo de aquisição dos acervos pessoais pela Cinemateca Capitólio Petrobras passa por etapas importantes, sendo que os analisados neste trabalho foram assim observados:

- **Análise do material adquirido:** todo o acervo foi examinado quanto ao seu potencial de pesquisa e alinhamento com o tema da Cinemateca (cinema e vídeo), assim como para determinar se a instituição teria condições de armazenar e acondicionar satisfatoriamente a massa documental. Esta etapa é executada pela(o) arquivista em atividade na instituição.
- **Termo de Depósito Legal:** no processo de depósito legal, os detentores da produção intelectual tiveram o desejo de depositá-la na Cinemateca, para preservação, mas, por motivos diversos, não queriam realizar uma doação ao acervo. Assim, eles solicitaram o Depósito Legal, mantendo os direitos sobre os filmes, que somente poderiam ser projetados com autorização do(s) detentor(es) dos direitos autorais (Anexo A).
- **Termo de Doação:** as pessoas entraram em contato, por telefone ou *e-mail*, com a Cinemateca, manifestando interesse em doar seus acervos. Foram agendadas visitas técnicas para uma primeira avaliação dos documentos a serem doados, a fim de que fosse verificado se efetivamente eram relacionados ao cinema ou ao vídeo. Após o aceite do acervo pelo responsável institucional, os doadores preencheram o termo de doação, onde autorizaram o uso do acervo para pesquisa e fins culturais que não visassem lucro. Nos Anexos B, C e D estão exemplos de Termos de Doação.
- **Relação de itens doados:** junto ao Termo de Doação ou de Depósito Legal, foi anexado um formulário contendo a quantidade, o tipo e o suporte do material doado, conforme modelos constantes dos Anexos E, F e G.
- **Tratamento técnico de higienização** (quando necessário), **classificação**, **organização**, **cadastro em banco de dados**, **identificação** e **arquivamento**.

O termo de doação estabelece que a doação é de caráter definitivo e gratuito, sem restrição de uso do material doado, ficando, ainda, o material condicionado à avaliação técnica e cultural para determinação de sua incorporação ou não ao acervo da Cinemateca, que fica autorizada a utilizá-lo e divulgá-lo para fins culturais e educativos.

No caso de existência desse material no acervo da Cinemateca Capitólio Petrobras, autoriza que ela faça permuta ou doação do material para outras instituições culturais afins. Para comprovar esse processo, foram analisados os termos de doações de cada um dos acervos pessoais, assim como a relação dos itens que fazem parte de cada um.

Os agentes dessa transação são o representante da instituição doadora, o próprio produtor ou seus herdeiros e o representante da Cinemateca.

Anexo ao Termo de Doação/Depósito Legal, consta uma relação dos materiais doados, com indicação do ano de produção do material e sua quantidade. Os materiais aceitos para constituírem os acervos da Cinemateca Capitólio Petrobras são aqueles que se inserem no tema da cinegrafia gaúcha, nacional e internacional, independentemente do suporte.

Quanto às formações documentais admitidas, a Cinemateca recebe arquivos no todo ou em parte, coleções e itens documentais.

Foi observado que a maioria dos acervos pessoais são de fundo aberto, ou seja, ainda há possibilidade de que venham a ser incorporados novos documentos aos fundos já existentes.

#### **4.2 A Custódia Considerando-se Aspectos Relacionados ao Tratamento e à Disponibilização do Acervo**

Os materiais recebidos pela Cinemateca são analisados quanto ao seu conteúdo, com o objetivo de verificar o interesse da Cinemateca em sua aquisição.

Em seguida, são avaliadas as condições físicas do acervo e a quantidade de massa documental.

Após isso, o material é depositado em uma sala separada do acervo já catalogado, até que o arquivista tenha certeza da ausência de agentes que possam contaminar o restante do acervo.

Superada essa fase, o material passa pelo tratamento arquivístico adequado, que consiste na separação, higienização, catalogação e, por fim, no arquivamento em ambientes apropriados, onde é realizado o monitoramento da temperatura e da umidade relativa do ar, buscando a conservação dos acervos e a preservação da memória para as gerações futuras. Após essa etapa, parte-se para a indexação do acervo no banco de dados do Centro de Documentação e Memória.

A cada Acervo Pessoal corresponde um Fundo de Arquivo, constituído de Séries Documentais, conforme a composição existente em cada acervo, como segue.

Fundo: Jorge Furtado

Série: Roteiros de Filmes

Fundo: Tuio Becker

Série: Críticas de Cinemateca

Fundo: Tony Rabatoni

Série: Documentos Pessoais

Série: Atuação Profissional

Série: Argumentos de Filmes

A Descrição Documental é realizada em banco de dados onde são preenchidos dados diversos como: Fundo, Série, Código de Acesso, Título, Outros Títulos, Descrição, Conteúdo, Data, Autor, Termos Descritores, Dimensões e Suporte, Estado de Conservação, Doação/Origem, Observações, Localização Física, etc.

Quanto à disponibilização do acervo, o público em geral e os pesquisadores têm acesso ao conteúdo dos Arquivos Pessoais, mediante solicitação prévia, por *e-mail*, com dia e hora marcada, ou apresentando-se pessoalmente na recepção da Cinemateca que, após registro da presença, permite acesso direto ao Centro de Documentação e Memória, onde o arquivista disponibilizará o material de interesse para pesquisa local.

Outra forma de pesquisa é através do Site do Capitólio, no menu CDMBiblioteca, Acervo Capitólio, o pesquisador encontrará o banco de dados e imagens do Capitólio, denominado Acervo Capitólio, onde ele poderá fazer uma pesquisa livre por palavras-chaves, ou ir diretamente aos Acervos Pessoais, refinando a pesquisa conforme o seu interesse.

## 5 CONCLUSÃO

A Cinemateca Capitólio Petrobras é um espaço único de preservação do audiovisual gaúcho. Este espaço levou dez anos para concluir sua restauração e se transformar em um local adequado para a conservação de acervos audiovisuais; ela segue as regras da Cinemateca Nacional buscando aplicar técnicas adequadas para cada tipo de acervo que compõem o Centro de Documentação. Seus acervos ainda estão em construção, bem como suas políticas, devido ao pouco tempo que tem de sua inauguração (Março, 2015).

A instituição é responsável pela custódia de um acervo que engloba Filmes em Película, Filmes em Vídeos, Peças Históricas, Cartazes, Arquivístico, esse dividido em três fundos documentais: Cinemateca Capitólio Petrobras; Coordenação de Cinema, Vídeo e Fotografia; e Arquivos Pessoais. Ainda há o Acervo da Biblioteca composto por livros, periódicos, catálogos e folhetos relacionados ao cinema nacional e estrangeiro.

Essa diversidade de documentos demonstra sua importância para a história e para a constituição da memória social e os elementos disponíveis para a pesquisa.

A Cinemateca, com seu objetivo primário de preservação e disponibilização da cinegrafia gaúcha e nacional, envolvendo todo o tipo de material dessa área, é responsável, dentro de suas políticas institucionais, por uma grande contribuição para a formação de uma memória social do audiovisual.

No que diz respeito aos Arquivos Pessoais, conclui-se que segue uma política de institucionalização com o foco na responsabilidade assumida, observando os diversos aspectos que envolvem a custódia, desde o exame dos documentos apresentados, as condições de guarda, o correto acondicionamento e armazenamento, os recursos tecnológicos para tratamento e reprodução dos documentos, visando especialmente à preservação, ao espaço físico ideal para os diversos suportes que se apresentam, aos meios tecnológicos para a comunicação, informação e divulgação do acervo e aos projetos culturais que envolvem o arquivo e seu acervo.

Quanto à aquisição do acervo, a observação da escolha do conjunto documental que recai expressamente sobre o tema definido pela Cinemateca, a cinegrafia gaúcha e nacional, e o método estabelecido sobre as formas de aquisição dos Arquivos Pessoais (depósito legal e doação), estão dentro da política de

crescimento planejado do acervo, observando a infraestrutura, recursos tecnológicos e humanos disponíveis ao satisfatório atendimento da função da Instituição.

Conclui-se, por tudo quanto aqui apresentado, que a preservação de arquivos pessoais se constitui em importante e rica fonte de estudos sobre determinadas épocas ou fatos retratados. Isso que o presente estudo examinou apenas uma instituição de custódia, a Cinemateca Capitólio Petrobras, e alguns poucos arquivos pessoais, se comparados com a inesgotável fonte existente nas demais instituições, bem como naqueles arquivos que sequer chegaram à custódia das entidades especializadas, as quais são ainda em número muito pequeno para permitir que os inúmeros arquivos gerados por pessoas que se preocuparam em manter guardadas, de forma concreta, suas lembranças e vivências familiares, profissionais e sociais, sejam adequadamente recolhidos, avaliados, organizados, armazenados e disponibilizados.

Daí porque devem os órgãos governamentais e também as entidades privadas produzirem esforços no sentido de cada vez mais destinarem espaços para a guarda de tão importante classe de arquivos, os Arquivos Pessoais, sem o que estaremos fadados a perder importante parte de nossa história.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental** / Heloísa Liberalli Bellotto. – 4. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320p.

BRASIL. Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009. **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, p.1, 15 jan. 2009.

BRASIL. Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Lei dos Arquivos. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, p.455, 09 jan. 1991. Seção 1.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Arquivos pessoais são arquivos**. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 26-39, jul.-dez. 2009.

CINEMATECA CAPITOLIO. Disponível em <http://www.capitolio.org.br/>. Acesso em 16 dez. 2017

CINEMATECA CAPITOLIO. **Quem Somos**. Disponível em <http://cinematecacapitolio.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>. Acesso em 16 dez. 2017

COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica**. São Paulo: Perspectiva, 1991. 134p.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. **Arquivo Nacional**. Disponível em [www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf). Acesso em 16 dez. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. – 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf> . Acesso em 16 dez. 2017

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Últimas Notícias**. <http://www.rs.gov.br/conteudo/121680/antonio-carlos-textor-assume-a-direcao-da-cinemateca-paulo-amorim>. Acesso em 16 dez. 2017

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: mobile, 2012. 171p.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Política de Aquisição: uma reflexão em torno das questões que orientam o processo de ampliação dos acervos institucionais. (org.). **Política de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa**. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Rio de Janeiro, 2012. p. 117-130.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Modelagem e Status Científico da Descrição Arquivística no Campo dos Arquivos Pessoais**. Tese de Doutorado em Ciências na Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em [file:///C:/Users/Raquel/Desktop/2010\\_LuciaMariaVellosodeOliveira%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Raquel/Desktop/2010_LuciaMariaVellosodeOliveira%20(1).pdf). Acesso em 16 dez. 2017.

PEIXOTO, Juan Cacio. **O que é Centro de Documentação/CEDOC**. Disponível em <https://eacervo.blogspot.com.br/2013/12>. Acesso em 16 dez. 2017.

SILVA, Margareth da. **O arquivo e o lugar**: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2015. Disponível em [file:///C:/Users/Raquel/Desktop/2015\\_MargarethDaSilva\\_VCorr.pdf](file:///C:/Users/Raquel/Desktop/2015_MargarethDaSilva_VCorr.pdf). Acesso em 16 dez. 2017.

TESSITORE, Viviane. **Como Implantar Centros de Documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. Disponível em [http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf9.pdf](http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf9.pdf). Acesso em 16 dez. 2017

## ANEXO A – Termo de Depósito Legal



### DEPÓSITO LEGAL

A empresa ou pessoa física \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ ou CPF sob o nº \_\_\_\_\_, detentora dos direitos autorais do filme \_\_\_\_\_, faz a entrega de X cópia(s) em \_\_\_\_\_, conforme descrição anexa, para integrar o acervo da Cinemateca Capitólio, em caráter de depósito legal, para fins de preservação da memória audiovisual.

Após a avaliação técnica das condições da(s) copia(s) depositada(s), a Cinemateca Capitólio ficará autorizada a utilizá-la e divulgá-la para fins culturais e educativos sem fins lucrativos. Em caso de exibição, a Cinemateca Capitólio deverá ter a anuência do depositante.

Dados de contato do depositante:

E-mail:

Telefone:

Endereço:

Local e Data:.....

Assinatura do depositante

Assinatura do representante da Cinemateca Capitólio

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Centro de Documentação e Memória da Cinemateca Capitólio

51 3289 7463 / [cdmcapitolio@gmail.com](mailto:cdmcapitolio@gmail.com)

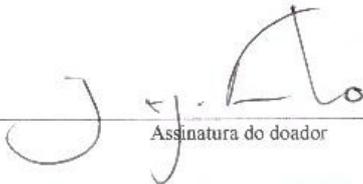
## ANEXO B – Carta de Doação

### CARTA DE DOAÇÃO

Porto Alegre, 26 de Outubro de 2004

**Jorge Furtado**, de sua livre e espontânea vontade, faz entrega neste ato à **Cinemateca Capitólio**, em caráter de doação perpétua e gratuita, sem restrição de uso, transparência e permuta com outras instituições culturais, dos bens móveis de sua propriedade relacionados no anverso desta folha. A presente doação não autoriza a utilização do bem doado para fins comerciais, salvo se, comprovadamente, com a prévia anuência do respectivo doador, a utilização dos recursos auferidos for aplicada na manutenção e ampliação do acervo da Cinemateca Capitólio, bem como para a realização de eventuais benfeitorias da mesma.

**Beatriz Pilla Barcellos**, em sua condição de legal representante da **Cinemateca Capitólio**, toma posse dos bens, aceita e agradece a doação efetuada.

  
Assinatura do doador

1005661507  
RG do doador:

FREDERICO LINCK, 55 AP. 51  
Endereço completo e telefone

DIRETOR DE CINEMA  
Profissão

  
Assinatura do representante da Cinemateca Capitólio

## ANEXO C – Termo de Doação



### TERMO DE DOAÇÃO DE ACERVO

Eu, BETO SOUZA, Profissão CINEASTA, inscrito no CPF sob nº 439.167590/00, detentor dos direitos autorais do(s) filmes. Descrito(s) em anexo, faço a entrega de 3 cópia(s) em película 35mm para integrar o acervo da Cinemateca Capitólio, em caráter de doação definitiva e gratuita. Após a avaliação técnica das condições da(s) cópia(s) doada(s), a Cinemateca Capitólio ficará autorizada a utilizá-la e divulgá-la para fins culturais e educativos. Em caso de exibição, a Cinemateca Capitólio deverá ter a anuência do doador.

Dados de contato do doador:

E-mail: BETOSOUZAFILMES@G.MAIL.COM

Telefone: 51 99505900

Endereço: BARONESA DO GRAVATAI 320/402

Local e Data: PORTO ALEGRE 23/02/16

Assinatura do doador

Assinatura do representante da Cinemateca Capitólio

Prefeitura Municipal de Porto Alegre  
Centro de Documentação e Memória da Cinemateca Capitólio  
51 3289 7463 / [cdmcapitolio@gmail.com](mailto:cdmcapitolio@gmail.com)

## ANEXO D – Termo de Doação Atual



### TERMO DE DOAÇÃO DE ACERVO

Eu,.....,profissão:.....inscrito  
no CPF sob nº....., representando a  
instituição ....., faço a entrega do material anexo relacionado a  
Cinemateca Capitólio, em caráter de doação definitiva e gratuita, sem restrição de uso.

Após a avaliação técnica e cultural do material, a Cinemateca Capitólio ficará autorizada, a incorporar o material ao seu acervo, utilizá-lo e divulgá-lo para fins culturais e educativos. Caso já exista o material no acervo da Cinemateca Capitólio, ela fica autorizada permutar ou doar o material recebido para outras instituições culturais afins.

Dados de contato do doador:

E-mail:

Telefone:

Endereço:

Local e Data:.....

Assinatura do doador

Assinatura do representante da Cinemateca Capitólio

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Centro de Documentação e Memória da Cinemateca Capitólio

51 3289 7463 / [cdmcapitolio@gmail.com](mailto:cdmcapitolio@gmail.com)

## ANEXO E – Recibo de Doação

		
<b>RECIBO DE DOAÇÃO</b>		
No. de ordem:	Data: 26 de outubro de 2004	
<input type="checkbox"/> coleta	<input type="checkbox"/> compra	<input checked="" type="checkbox"/> doação
<input type="checkbox"/> empréstimo	<input type="checkbox"/> legado	<input type="checkbox"/> transferência
<input type="checkbox"/> assinatura	<input type="checkbox"/> cortesia	<input type="checkbox"/> permuta
<b>RELAÇÃO DAS PEÇAS</b>	<b>HIST. E EST. DE CONSERV.</b>	<b>No. DE CAT.</b>
120 (cento e vinte) roteiros relativos a produções realizadas no cinema e na televisão		
23 (vinte e três) jornais diversos e de datas diversas		
2 (duas) revistas promocionais relativas a lançamentos de filmes		
2 (dois) trechos de storyboards relativos a produções realizadas no cinema ou na televisão		
1 (um) cartaz original do filme <i>Ilha das Flores</i>		
2 (dois) projetos de produções destinadas à cinema ou televisão		
1 (uma) pasta com documentos, esboços e cálculos relativos a produções realizadas no cinema ou na televisão		
<b>TOTAL DE PEÇAS: 170 (cento e setenta)</b>		



**ANEXO G – Relação de Filmes Depositados****RELAÇÃO DE FILMES DEPOSITADOS**

<b>DESCRIÇÃO TÍTULOS DOADOS:</b>	<b>ANO</b>	<b>QUANTIDADE</b>